

Mais uma opinião abalizada, com marcas inconfundíveis de independência política e de experiência administrativa, vem juntar-se à imensa listagem de depoimentos favoráveis às diretrizes adotadas pela Nova República, optando por uma estratégia de desenvolvimento como fórmula de superação dos desafios sociais e econômicos, mantendo até aqui um crônico estágio de dificuldades para o nosso País.

A palavra vem de David Rockefeller, um dos mais categorizados executivos do sistema bancário privado, atuando na direção de um dos maiores estabelecimentos de crédito dos EUA, o Chase Manhattan Bank. Afastado por limite de idade da primeira linha de atuação, contudo não deixou de dar a sua contribuição àquele organismo como presidente do seu Conselho das Américas.

Tem experiência no difícil ramo das finanças internacionais, tem conhecimento de causa relacionado com as angústias de todos os povos do mundo, por força das intermináveis audiências mantidas com dirigentes nacionais e membros destacados de governos estrangeiros. Seu grau de informações é da melhor qualidade pelas inúmeras oportunidades que teve em sua vida de saber das coisas e dos povos, em momentos críticos.

Com simplicidade e sem maiores exteriorizações Rockefeller aplaudiu a opção brasileira pelo crescimento ordenado, dando ênfase a uma colocação extremamente objetiva: "O Brasil está no caminho certo. Não há outra opção que não a de buscar o desenvolvimento". Logo em seguida amplia o seu enfoque e admite como boa e válida a sua tese, enten-

dendo que a mesma opção deve ser adotada pelos demais governos democráticos da América Latina. As prioridades para os problemas sociais devem ter precedência sobre as demais, seguindo as nações em desenvolvimento nessa única direção, no encalço de situações duradouras.

David Rockefeller está ligado a um banco internacional com linhas de crédito altamente comprometidas com o Terceiro Mundo, e a presença de sua organização no contexto mundial é de destaque, com uma liderança firme e compromettimentos muito elevados em termos de endividamento. A comunidade banqueira com abrangência nos cinco continentes somente na América Latina mantém uma carteira superior a US\$ 350 bilhões, onde o Chase Manhattan tem uma posição fortíssima como credor. Tanto para devedores que, a exemplo do Brasil, mantêm em dia seus compromissos, quanto para aqueles que por questões insuperáveis ampliam a área de incerteza na liquidação de seus débitos e na rolagem dos serviços do endividamento.

Não são de um diplomata, nem de um dignitário de país amigo os conceitos e análise proferidos por aquele banqueiro ao retirar-se do Palácio do Planalto, depois de uma visita preparatória da audiência que manteve ontem com o Chefe da Nação. A manifestação é espontânea e sem público para destiná-la ou autoridade para agradar.

Também não são gratuitas ou destituídas de fundamento as conclusões a que chegou o presidente do Conselho das Américas do Chase, um dos maiores bancos da

América do Norte e um dos maiores emprestadores da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

E tais colocações têm lugar na exata oportunidade em que o Brasil negocia a prorrogação dos empréstimos de curto prazo para cobertura da comercialização internacional e dos créditos interbancários, superiores a US\$ 15,3 bilhões. Nos entendimentos que o presidente do Banco Central mantém em Nova Iorque, perante o Comitê dos Bancos credores, a tese brasileira leva nas suas motivações de base os projetos nacionais que objetivam o crescimento e a busca consciente da auto-sustentação do crescimento econômico, levando para a prática as palavras de ordem do presidente José Sarney, reiteradamente proferidas perante o País e diante do mundo, através da tribuna das Nações Unidas.

O Brasil tem o sinal verde do FMI, mas ainda encontra resistências para fechar as negociações com vantagens legítimas que procura obter, sancionando as ânsias de desenvolvimento e o não a recessão proferido pelo Presidente da República, com ressonância nacional e compacto e solidário endosso da opinião pública.

Conforta os brasileiros o juízo expendido em abono das decisões do País em nível de Governo e que servem de sustentação do diálogo junto aos bancos entre os quais se inclui o Chase. Se já havia certas do rumo certo adotado pelo Governo da Nova República, agora existe o aval de uma palavra responsável e que tem cacife do lado credor para legitimar a postura desenvolvimentista do Brasil.